

## *Império e Romanização:* **“Estratégias”, Dominação e Colapso**

**Profa. Dra Norma Musco Mendes**

Departamento de História, LHIA  
IFCS/ UFRJ  
[normamusco@globocom.com](mailto:normamusco@globocom.com)

### **Resumo**

O presente artigo objetiva discutir o processo de construção e expansão do Império Romano, bem como suas formas de legitimação. Nós também procuramos demonstrar como, porquê, quando e onde o Império Romano foi afetado e falhou.

Palavras-chave: Império, Romanização, Colapso

### **Abstract**

The aim of this paper is to discuss the process of construction and expansion of the Roman Empire, as well as its forms of legitimation. We also intend to demonstrate how, why, when and where the Roman Empire was affected and failed.

Keywords: Empire, Romanization, Collapse

O objetivo deste artigo é refletir sobre as “estratégias” (Certeau 2003: 99) que caracterizaram a experiência imperialista Romana, tornando o *Imperium Romanum* uma das mais vastas e coerentes construções políticas e militares da história da humanidade, assim como daquelas que indicam a descaracterização do domínio imperial Romano. Esta temática é relevante para a construção de campo de exercício de História Comparada de acordo com o Modelo Vernant & Detienne<sup>1</sup>, pois nos remete ao estudo das condições que propiciaram a formação, sustentação, reprodução e desagregação do Império Romano. Tais questões formam um conjunto de problemas comuns às experiências imperialistas da história. Desta forma, o projeto se integra à linha de pesquisa sobre História Comparada das Instituições e Formas Políticas do Programa de Pós-Graduação em História Comparada do IFCS.

Uma observação se destaca no tocante a este tipo de estudo comparativo: não há uma única e uniforme experiência de imperialismo e nem tão pouco os processos de globalização apresentam a mesma natureza. Porém, não compartilhamos da afirmação daqueles que defendem uma grande descontinuidade entre o mundo antigo e o nosso, pois concordamos com Hingley (2005: 6), quando afirma *que os estudos do mundo contemporâneo criaram uma perspectiva ahistórica do presente, considerando a cultura clássica como o “outro” e transformando o passado como impenetrável e inatingível para nós no presente.*

Nossas pesquisas sobre a experiência imperialista Romana nos levam a afirmar que o Império Romano representou uma experiência observável de interação cultural sobre uma vasta área territorial, simbolizando uma ordem mundial fundamentada em configurações jurídico-políticas e morais, concebidas como eternas e necessárias para garantir a paz e a justiça. O estudo destas questões nos remete ao termo Romanização.

Os resultados das nossas pesquisas nos levam a refutar a lógica de uma Romanização progressista e uniforme, cujo conceito implica na idéia de transferência de cultura, de mudança cultural por imitação, partindo-se do suposto abandono da identidade nativa pela adoção da cultura Romana como um ato positivo, deliberado, que significava prazer e paz. Momento que significou uma barreira temporal na parte Ocidental do Império entre a organização tribal da chamada Idade do Ferro e a sua incorporação à sociedade Romana. Th. Mommsen (1874) e F. Haverfield (1905) construíram a idéia de que a divulgação e a adoção dos padrões culturais Romanos eram entendidas como sendo mais avançada e mais "progressista" e, portanto, quanto mais era adotada pelos nativos maior seria a sua presença. Esta noção refletia a ideologia imperialista Britânica, perante a qual o conceito de progresso estava interligado ao do Império Britânico. Esta perspectiva marcou os estudos arqueológicos e as escavações, pois a teoria e a metodologia de análise estavam baseadas na oposição básica entre duas categorias: civilizado e primitivo (MENDES, 1999: 307-325). Adotamos uma postura de redefinição do termo Romanização com base nos estudos de G. Woolf (1998, 2001) e de Siân Jones (1997) e, portanto, associamos o termo Romanização aos múltiplos processos de mudanças sócio-culturais multifacetadas em termos de significados e mecanismos que teve início com o relacionamento entre os considerados padrões culturais Romanos e a diversidade cultural provincial. Foram simultaneamente processos de mudanças sócio-culturais desiguais surgidos através de relacionamentos, também, desiguais entre o poder imperial dominante e os diferentes grupos sociais das comunidades submetidas. Logo, é imprescindível a análise de documentação de cultura material, pois expressa a *praxis* destes processos de interação social.

Os processos de Romanização devem ser estudados numa dinâmica de assimilação, ajustamento, conflito, negociação e resistência e acompanharam a dinâmica

de manutenção e reprodução do sistema imperial Romano. Dependiam, portanto, da conexão entre poder imperial e cultura, a qual passou a ser rompida, a partir do século III, diante das crises enfrentadas pelo Estado Romano.

De certa forma, podemos dizer que o nosso olhar sobre a experiência imperialista Romana resulta em grande parte da nossa conscientização sobre os recentes processos de globalização. Estes processos levam ao enfraquecimento e o esfumaçamento dos Estado-nações soberanos e se caracteriza por uma ativa ação militar e, de acordo com (Hardt e Negri 2003: 26), *como fonte de definições jurídicas para projetar uma configuração única supranacional de poder político*. Ou, conforme afirma Pablo Casanova (2005: 74) *“se hoje estamos assistindo à construção de um império mundial pelo complexo militar-empresarial dos Estados Unidos (...) tal projeto de Império corresponde às mais avançadas políticas imperialistas e capitalistas (...)”*.

Em contraponto, tal situação gera problemas complexos e contradições novas, responsáveis pelos grandes conflitos políticos e militares. Promove a exclusão daqueles que se encontram fora do modelo global, acirrando a resistência, na medida em que fortalece as identidades nacionais e locais.

O Império Romano significou, desta forma, um material de estudo para as práticas imperialistas e os processos de construção e definição da identidade da Europa Ocidental, na medida em que fundamentou a imagem de sua superioridade cultural e da sua *“missão civilizatória”*, servindo aos interesses nacionalistas e imperialistas dos Estados Europeus modernos. Ademais, o Direito Público Romano deixou um fundamental legado para o Ocidente sobre a formação do poder e a legitimidade do seu exercício que contribuiu para a organização e unidade dos Estados Europeus modernos, assim como, dos Estados Unidos da América. Antonio Negri e Michael Hardt (2003: 180ss) demonstram, com base nos textos de Políbio, a proximidade entre a ideologia expansionista e imperialista de Roma e a dos Estados Unidos da América, enfatizando as antigas genealogias da globalização pós-moderna.

Por outro lado, o Império Romano também estimula o estudo dos problemas complexos gerados pelos processos de globalização. Talvez o conceito mais acertado para definir a tipologia de domínio do sistema imperial Romano seja o de *mundialização*, o qual, de acordo com Laplantine e Nouss (2001), acentua a heterogeneidade, permitindo enfocar a inexistência de uma política de intervenção econômica e o desenvolvimento das práticas de diálogo cultural, que favoreceram a presença de grandes desníveis socioeconômicos e a manutenção da diversidade cultural dentro das fronteiras imperiais. Sob esta ótica o termo globalização estaria mais associado à idéia de homogeneidade, alicerçada pela sua conotação ideológica específica em relação às posturas políticas que possam garantir o desenvolvimento econômico, a integração e a inserção internacional. (Cardoso 2005: 47ss).

O Império Romano sobrevive na história como um “modelo cognitivo” de identificação de Império, dando origem a reflexões gerais sobre a natureza do homem e da sociedade, bem como acerca das forças morais e naturais que asseguravam a duração ou provocaram a derrocada de um determinado sistema social. Apresenta uma variedade complexa de semelhanças e diferenças com situações da nossa contemporaneidade, as quais contribuem para um melhor entendimento do nosso tempo presente, assim como, o presente interage na forma como construímos o estudo do passado.

Certamente, este é um forte motivo para a apropriação da Antiguidade Romana pela indústria cinematográfica norte-americana e sua releitura como uma forma de manter ou criticar o *status quo* (Mendes 2005: 480-489). Sob esta ótica também podemos entender a recente criação pelo inglês Bruno Heller do seriado milionário ROME, filmado nos estúdios da Cinecittà e exibido pelo canal de televisão HBO.

As matrizes historiográficas construídas no final do século XIX e na primeira metade do século XX nos passam uma imagem da ação imperialista Romana de forma cêntrica, descritiva e unilateral sem a preocupação de considerar o papel das comunidades dominadas e a diversidade de situações regionais surgidas como respostas ao impacto da dominação Romana. Muitas vezes, estas abordagens reduzem o Império Romano a uma entidade política homogênea e estática.

A idéia que temos de Império Romano deve ser entendida como uma construção que foi usada para unir e dar simbolicamente sentido e coerência a numerosas experiências. Olhá-lo como uma construção não é negar a sua existência. É entender a forma pela qual esta existência foi criada historicamente e reproduzida pelo conhecimento e pela ação. Logo, refutamos a noção de que o Império tenha sido sempre uma única realidade, uma totalidade cuja explicação possa ser reduzida a um conjunto básico de princípios organizacionais ou de força coercitiva (Barret 1997: 51-64).

Diante dos limites deste artigo procurarei abordar os aspectos essenciais que possibilitem uma melhor compreensão sobre o quê foi o Império Romano.

Logo, tenho como objetivo demonstrar que o sistema de domínio imperial Romano corresponde às características fundamentais apresentadas pelo antropólogo T. Bartfield (2001: 10-41) como definidoras de um Império, a saber:

existência de um sistema administrativo para explorar a diversidade, seja econômica, política, religiosa ou étnica; estabelecimento de um sistema de transporte destinado a servir ao centro imperial militar e economicamente; criação de um sofisticado sistema de comunicação que permita administrar diretamente do centro todas as áreas submetidas; manutenção do monopólio de força dentro do território imperial e sua projeção frente às regiões externas; construção de um “projeto imperial” que impõem certa unidade através do império.

A expansão territorial Romana é revestida de características próprias que a diferenciam dos processos de expansão dos outros povos da Antiguidade. Foi um fenômeno de longa duração, com ritmos de intensidade variada, que se estendeu desde o Vº século a.C. até o século II d.C., com as campanhas militares de Trajano. Roma atingiu, sob esse imperador, a extensão máxima de seu Império, através da anexação da Dácia, da Armênia, da Mesopotâmia e da Arábia (Mapas 3 e 4).

Tal processo de expansão não foi, no nosso entender, planejado. A ação imperialista Romana manifestou-se através do estabelecimento de uma relação de poder obtida, inicialmente, por meio de alianças razoavelmente igualitárias, protetorados, formação de zonas de *influência* até a submissão total pela guerra do adversário e, anexação de seu território. Configurou-se, assim, um tipo de relacionamento entre o centro de poder decisório, as áreas integradas, semi-periferias e áreas mais longínquas, caracterizadas por diferentes níveis de submissão e exploração.

Através da anexação do território conquistado, a fronteira que separava a região diretamente administrada por Roma e os territórios estrangeiros moveu-se constantemente, fazendo com que áreas mais distantes fossem colocadas em contato com o mundo mediterrâneo.

Concomitantemente à expansão territorial, as transformações socioeconômicas e político-militares, possibilitaram o desenvolvimento de um “*sistema de economia imperial*” (Schiavone 2005: 88), a incompatibilidade entre um governo republicano e o aparato administrativo centralizado no Senado, nos Magistrados e nas Assembléias e a manutenção das relações de poder lideradas pelos patronos da *res publica*, denominados de *principes civitatis*. Logo, a passagem da condição de Roma de uma Cidade-Estado para uma cosmopolis levaram à falência das instituições republicanas, na medida em

que se consolidava a forma de poder pessoal militar em torno da figura do *Princeps*<sup>2</sup>, e a expressão *Imperium Romanum* passou a significar “*não só o espaço no interior do qual Roma exercia o seu poder, como este mesmo poder*” (Grimal 1993: 9). Ou melhor, surgia a noção de *imperium* com o duplo significado político e territorial, a qual foi apropriada pelo mundo moderno. O termo passa a ser sinônimo de *urbs*, *civitas* e *res publica* e conforme afirma Richardson (1991: 9), foi por meio do exercício do *imperium* sobre todo o mundo romano que a monarquia retornou a Roma.

A gradual estruturação do sistema político do Principado (27 a .C.- 193 d.C.), o qual pode ser caracterizado como um regime político híbrido que mistura novidades com permanências, quer dizer, conserva as instituições republicanas, mas as coloca sob a tutela de um *princeps* (Mendes 2006: 21-51). O seu funcionamento estava baseado na idéia de “contrato social”, um pacto, uma concórdia entre as ordens<sup>3</sup> e o *princeps*.

Não houve uma clara demarcação entre a era Republicana e a era Imperial. A admiração pelos heróis, pelas realizações e a sobrevivência dos ideais republicanos na mentalidade dos romanos impedia que se tivesse a noção de descontinuidade, fazendo com que a toda a tradição republicana, iniciada por Políbio<sup>4</sup>, a qual justificava as guerras e a expansão territorial por intermédio das concepções de *victrix causa*, *bellum justum*, *laus imperii*, *imperium sine fine* e da *divina missão de Roma como protetora e difusora do mundo civilizado*, fosse registrada na auto-biografia do Imperador Otávio Augusto<sup>5</sup> e colocada sob a égide da nova ordem, por ele criada e garantida.

Logo, a história republicana foi unida ao Principado, uma vez que o republicanismo havia se esgotado como força política e institucional. Portanto, era preciso suportar a dominação do “*melhor para o bem de todos*”. Estabeleceu-se, assim, estreito laço entre a paz e o poder de um chefe sábio, racional, virtuoso e providencial, conforme Otávio Augusto é descrito na Eneida de Virgílio.

Roma passou a ser representada pelo *princeps*, na condição de agregador do sistema de valores e peculiaridades culturais que significavam um padrão de perceber, crer, avaliar, agir e desenvolver um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento das relações de poder, as quais envolviam todos os planos da realidade social, do econômico ao cultural, do social ao político, mas se encontravam condicionadas por forte assimetria estrutural que privilegiava Roma em detrimentos das áreas provinciais ou periféricas.

Com o intuito de definir a dinâmica de manutenção e reprodução do sistema imperial Romano, recorreremos aos axiomas gerais do modelo de centro e periferia de I. Wallerstein em busca de uma conceituação para a dinâmica da dependência existente na experiência imperialista romana. Sua adaptação para aplicação à Antiguidade defende a formação de um sistema mundial (Frank e Gills 1993; Frankenstein 1997; Rowlands 1987), o qual será a premissa básica para se estabelecer um equilíbrio entre forças externas em termos globais, que não pode afastar a percepção consciente dos atores locais e a política de apropriação e controle que gera identidades constituídas historicamente. Assim, pretende-se explicitar a inter-relação e a crescente interdependência, desde o início do primeiro milênio, entre os estados nucleares (Fenícios, Gregos, Etruscos, Cartagineses, Romanos) e suas áreas externas, as quais em graus distintos foram incorporadas como áreas periféricas às economias regionais dominadas por estes Estados.

Toda a lógica do conceito está na questão do processo de acumulação como fundamental para a generalização de desigualdades sociais, a qual apresenta um caráter expansionista para a obtenção de recursos humanos e materiais (terra, água, produtos primários, metais e outros); busca de “mercados” para a troca e obtenção de produtos e do controle de corredores das interações comerciais e culturais inter-regionais. Deve ser

ressaltado que diferentemente do atual conceito de mercado como algo regulado de forma rígida pelo sistema de preços, podemos dizer que na Antiguidade as motivações econômicas, sociais, políticas, ideológicas e culturais foram as responsáveis pelo valor que o comércio adquiriu.

O processo de acumulação (estatal ou privado ligado ao tributo, ao botim, aos bens de troca) é a força motriz para a formação dos ciclos hegemônicos e para a ordem dentro do mundo. Configura-se uma “**acumulação interpenetrante**” que liga as sociedades ou os respectivos processos de gerenciamento de excedentes, as estruturas de exploração e opressão por classe ou gênero, as instituições do Estado e a economia. Neste sentido, a transferência de troca de excedente não é um relacionamento neutro socialmente, e nem politicamente, mas profundamente sistêmico.

Tal raciocínio lógico modelar aplicado às variáveis Romanas nos permite entender as etapas da expansão Romana, ou seja, a gradual transformação das áreas periféricas em semi-periféricas e, posteriormente, incorporadas sob a condição de províncias. Tal dinâmica de ampliação territorial da soberania romana se baseia na idéia central da existência de relacionamento entre várias entidades regionais para a mobilização de recursos controlados por uma área centralizada, sendo a interação regional não baseada em fronteiras estanques e sim na concepção de interdependência.

A integração é formada por uma variedade de relações de exploração de recursos materiais e humanos, sendo a função da periferia servir ao centro geopolítico para assegurar seu funcionamento e manutenção, através de uma rede de “trocas” e alianças políticas articulando os interesses das elites do centro e o das elites locais. Esta rede é politicamente motivada e dirigida mais para o controle de pessoas do que na intervenção direta nas condições tecnológicas e no intercâmbio de mercadorias. A natureza das relações de exploração não pode ser interpretada nos padrões de um sistema mundial baseado em motivações econômicas similares àquelas do imperialismo capitalista. O anacronismo fica afastado, se considerarmos as especificidades das variáveis romanas, no sentido em que não se tendeu para a formação de uma economia imperial centralizada, e sim houve uma integração entre os distintos sistemas econômicos regionais, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades locais e a criação de um sistema de mercados inter-dependentes formado, principalmente, pelos grandes centros: Roma, Cartago, Gádis, Alexandria, Antioquia, Éfeso.

Neste sentido, conceituamos o Império Romano como uma entidade política centralizada, fundamentada numa estrutura celular e concêntrica, cujo poder hegemônico era exercido através de relações de troca de poder e riqueza entre o centro, áreas integradas, semi-periferias e periferias, cuja existência foi criada e reproduzida historicamente numa dinâmica de exploração, de integração, de interação e de diversidade cultural.

Cabe ressaltar que as relações de exploração podem ser divididas em três momentos.

A primeira fase estaria relacionada com as etapas da expansão Romana durante o auge do período republicano, relacionada principalmente com a consolidação do domínio sobre a Itália e o crescimento das possessões Romanas, após a IIª Guerra Púnica, quando os ganhos públicos da guerra foram praticamente absorvidos pelas próprias campanhas militares.

Em seguida, com o alargamento da soberania romana pelas terras banhadas pelo Mar Mediterrâneo Oriental e Ocidental deu-se início a uma exploração *desenfreada*, mais como resultado da ação oportunista individual do que de uma organização sistemática (Mapa 1). Indubitavelmente, a escala de exploração individual, seja por via da corrupção ou da extorsão, seja pelas altas taxas de juros cobradas nos empréstimos às

províncias ou mesmo no arrendamento dos serviços públicos (*publicani*)<sup>6</sup>, tornou-se fundamental para a formação e para a reprodução da elite cêntrica e de seu sistema econômico-financeiro baseado nas guerras de conquista que traziam riquezas e escravos. Ademais, desde meados do período republicano se desenvolveu um “**ethos social**”, fundamentado no êxito militar, o qual concedia aos “*aristocratas romanos a mais alta estima dos seus concidadãos: a laus e a gloria* (HARRIS 1989: 17). Isto corrobora para o entendimento de que a guerra e a conquista eram justificadas na mentalidade e no sistema de valores ético-políticos da sociedade como um todo. Ressaltamos o destaque obtido pelo cidadão Romano perante os “Outros”, assim como, novos mecanismos de ascensão social, surgimento de novas formas de enriquecimento e de exploração econômica para os cidadãos e, conforme afirma Schiavone (2005: 124)

“mas também nas camadas sociais mais baixas, na massa de que se alimentava cada vez mais um exército em vias de profissionalização (uma força armada imperial de profissionais tende sempre a tornar-se um exército de cidadãos marginalizados, regenerados por uma disciplina férrea, imposta por uma baixa oficialidade de *parvenus*: e isto vale da Roma republicana aos Estados Unidos dos dias de hoje)”.

O estabelecimento do Principado foi um momento marcado por uma nova definição política, temporal e espacial de Roma, a qual naturalmente implicou em novos tipos de relacionamento entre a *Urbs* e o *orbis terrarum* (Nicolet 1983: 163).

Representou o início de um sistema de domínio marcado pelo militarismo; pela centralização imperial evidenciada pela intervenção imperial na elaboração do Direito, na interpretação da lei e na administração da justiça; pela centralização administrativa marcada pela criação de um corpo de funcionários imperiais e de novas secretarias e curatelas, as quais formavam um aparelho de Estado que, além de valorizar o documento escrito, substituiu o contato físico entre os cidadãos e as instâncias de poder.

O caráter essencial da monarquia em Roma e do imperialismo foi determinado pela transformação das instituições militares.

Durante o final do período republicano, os generais recrutavam e sustentavam suas legiões, transformando-as em instrumentos de obtenção e manutenção do poder. Os imperadores Romanos sistematizaram e regularam esta prática em seu benefício tornando-se chefes absolutos do exército, procurando assegurar a disciplina, o abastecimento, o soldo, a concessão de recompensas aos soldados. Os legionários estavam isolados politicamente, separados dos seus generais e ligados apenas ao chefe do governo e através dele à Roma, personificada na pessoa do Imperador. Isto ficou ainda mais evidente quando o Imperador Otávio Augusto, no ano 6, criou o Tesouro Militar, sob sua administração direta. O exército passou a depender exclusivamente do Estado e, por conseguinte, do *Imperator*<sup>7</sup>. A necessidade de policiar os mares e afastar a ameaça dos piratas levou a institucionalização da marinha, composta por duas frotas instaladas em Ravena e Micenas. Era recrutada entre os libertos e os peregrinos, cujo soldo era menor do que o dos soldados e eram comandadas por um *legatus* proveniente da ordem equestre.

É importante frisar que o exército (legiões e tropas auxiliares)<sup>8</sup> era profissional e permanente. Era composto pela população do império inteiro, integrando todos os cidadãos da Itália e das províncias e aqueles que não tinham a cidadania romana. A submissão do exército significava, desta forma, a submissão de todos os habitantes do império ao Imperador.

A política externa de Augusto consistiu no estabelecimento do *limes*<sup>9</sup> da Britânia, dos Rios Reno e Danúbio, do Oriente e do norte da África, considerados como

caminhos de passagem de tropas e suprimentos para exército, canal de comunicação e base de defesa, mas também, de conquista.

Conforme já afirmamos, não houve uma lógica pré-estabelecida e nem um planejamento para as campanhas militares. No Principado, as decisões em relação à guerra e a paz eram tomadas pelos imperadores, juntamente com seus conselheiros. Inexistia uma classe de oficiais militares ou de um grupo com interesse econômico específico que pudessem de forma institucionalizada exercer pressão nas decisões políticas como nas ações militares empreendidas no mundo contemporâneo. A guerra dependia de uma variedade de questões, as quais envolviam a diplomacia, acordos firmados, revoltas, segurança, obtenção segura de recursos que pudessem ser canalizados para o imperador e para os soldados. Além disto, o já mencionado “*ethos social*” baseado na glória militar, formado ao longo do período republicano, passou a ser incorporado ao engrandecimento da reputação dos imperadores, contribuindo para legitimar e reforçar o seu poder perante a sociedade e as tropas. Nesta lógica, podemos contextualizar as campanhas do Imperador Trajano. Logo, podemos afirmar que, de certa forma, os imperadores romanos tinham consciência do *custo marginal* da ação imperialista, em função do qual, as conquistas se restringiam às áreas, cujo desenvolvimento da complexidade social era suficiente para justificar o custo da conquista e tornar possível a “*missão civilizadora*” de Roma. Os Germanos não tinham cidades, viviam em aldeias, eram semi-nômades e ao sentirem-se ameaçados, fugiam para as florestas, transformando os confrontos em desgastantes combates de guerrilhas. Portanto, a idéia de que a época do Imperador Otávio Augusto representou o fim da conquista e de que este imperador se preocupou com a criação de fronteiras naturais não é comprovada pela documentação textual e nem pela cultura material, porque a linha administrativa de fronteira nunca inibiu os Romanos de avançar por onde tivessem reais interesses políticos, militares ou econômicos, como foi o caso, por exemplo, da anexação da Britânia, da Judéia, da Lícia, da Trácia, e das regiões da Germânia Superior e Inferior e, das conquistas feitas por Trajano.

O Principado deu início a uma política sistemática de exploração e organização das regiões conquistadas, pondo fim ao amadorismo administrativo civil e militar existente durante o governo republicano.

Os territórios conquistados, sejam na Itália ou fora dela, eram encarados como áreas legítimas de exploração, sendo definidos como terras públicas Romanas. Logo, a base financeira do governo imperial dependia da absorção dos recursos provinciais através da requisição, em nome do governo, e sob a forma de impostos sobre a produção da terra e a extração mineral, ou ainda, através da compra compulsória por um preço fixo abaixo do valor de mercado.

Portanto, era preciso obter um conhecimento da esfera imperial de forma mais precisa e global, buscando uma praticidade e coerência. Daí, a criação de uma geografia política de todo o Império, representada pela obra *Cosmographia* de Estrabão que foi complementada pela elaboração do primeiro mapa global do mundo conhecido, possivelmente por Agripa, entre os anos 2 e 10 d.C. e afixado no Porticus Vipsania, no Campo de Marte (Mapa 2). Este mapa apresenta a totalidade do *orbis terrarum* dividido em 24 regiões e não apenas o *orbis Romanus* e suas províncias. Era preciso que o conhecimento sobre o mundo habitado e a concepção “mundial” do Império Romano fossem plenamente visualizados.

Compatível com esta política foi a criação pelo Imperador Otávio Augusto de um sistema de taxação uniforme e *mais racional*: o censo provincial. O censo possibilitou uma estimativa global sobre os recursos humanos e materiais do Império.



Foi um cadastro de valores, elaborado periodicamente<sup>10</sup>, no qual o próprio contribuinte fazia a estimativa de seus bens (terra para cultivo de grãos, vinhedos, olivais, prados, casas, escravos, barcos). Existiam duas principais taxas: *tributum soli* e *tributum capitis*. O primeiro baseava-se no valor estimado do tipo da terra declarada, possuída pelos provinciais ou pelos cidadãos romanos nas províncias, uma vez que, em 36 a.C., Otávio concedeu isenção fiscal ao solo italiano. O segundo imposto abrangia os não cidadãos romanos considerados adultos, a partir da idade de 12 ou 14 anos até os 65 anos. Este sistema foi considerado de grande benefício para as províncias porque pôs fim à ação dos publicanos na coleta dos impostos diretos e estabeleceu um índice fixo de taxaço baseado no valor estimado da propriedade e não no seu rendimento. Embora o *tributum capitis* fosse cobrado em dinheiro, não temos indício de que também as taxas sobre a terra fossem pagas em dinheiro. Os dados disponíveis revelam grande diversidade na forma de pagamento, já que aqueles impostos poderiam, também, serem pagos em espécie (Duncan-Jones 1990: 187). Sob a supervisão dos procuradores provinciais os publicanos ficaram encarregados apenas das chamadas taxas alfandegárias (*vectigalia*) e da arrecadação dos novos impostos indiretos criados por Augusto<sup>11</sup>.

Infelizmente, não dispomos de dados exatos sobre os índices gerais dos impostos durante o Alto Império. Existem algumas informações que nos levam a deduzir que os níveis de taxaço dos impostos diretos eram incertos, irregulares de acordo com as regiões, embora fossem baseados nas estimativas do censo. De acordo com os estudos de Hopkins (1980: 101), a taxaço representava 10% do produto bruto, sendo considerada baixa. Tal hipótese é fundamentada nos seguintes argumentos.

O sistema administrativo romano mostrou-se eficiente ao longo do Alto Império, apesar do pequeno número de funcionários imperiais nas províncias fora da Itália. De acordo com os cálculos de Hopkins (1980: 121), no século II, para governar uma população estimada em 50/60 milhões havia por volta de 150 administradores da ordem senatorial e equestre nas províncias. Logo, uma proporção de um funcionário para 350.000/400.000 pessoas. Conforme afirma Garnsey (1978: 20), o governo imperial se caracterizava pela ausência de burocracia.

A capacidade de arrecadação de impostos dentro do sistema era baixa se considerarmos os parâmetros econômico, demográfico e tecnológico da sociedade romana. Disponha-se de um excedente restrito, que deve ser entendido como a produção que ultrapassava o nível mínimo de subsistência humana, ou seja, em média 200/250 Kg. de trigo por pessoa anualmente (Garnsey 1983, 1989: parte II; Hopkins 1980; Millet 1992). Ademais, a carga fiscal era desigualmente distribuída. Problemática relacionada com a autonomia local, pois o governo central incumbia os membros dos conselhos das cidades (*decuriones*) da elaboração do censo, da estimativa de pagamento e da coleta dos impostos. Isto possibilitava ao governo romano o recebimento adiantado das taxas e o prevenia dos riscos causados pelas más colheitas. Quer dizer, o governo central somente se relacionava com o contribuinte através de intermediários. Trata-se de um sistema que proporcionava abusos no momento da divisão da carga fiscal, privilegiando os grandes proprietários, conforme os estudos de Corbier (1992) sobre os aspectos de desigualdade social do sistema fiscal romano. Por outro lado, à desigualdade na divisão da carga fiscal, aliamos as diferenças entre o montante que os coletores de taxas arrecadavam e a soma enviada ao governo central. Isto nos leva a aceitar a hipótese de Hopkins (1980: 122), a qual afirma que qualquer tentativa no aumento dos impostos pelo governo central ameaçava os privilégios das elites locais, grupo social de sustentação do sistema de domínio imperial. Evidentemente, ambos competiam por um excedente restrito.

No entanto, registrou-se no período de 200 a.C. a 200 d.C. o crescimento da economia romana, o qual é explicado de forma convincente pelo *raciocínio lógico dedutivo* do modelo elaborado por Hopkins (1980 e 2002), o qual é considerado por Andreau (2002: 33) o modelo mais conhecido e de grande valor para o estudo do funcionamento da economia romana. Este modelo com base nos achados arqueológicos, principalmente, provenientes dos naufrágios, tem como objetivo identificar as principais forças que possibilitaram o desenvolvimento econômico e as trocas comerciais, explorando as implicações lógicas da interação de diferentes variáveis econômicas: sistema de impostos; produtividade; rendas da aristocracia; trabalho especializado; consumo; urbanismo; comércios local, regional e de longa distância; circulação monetária e desenvolvimento do sistema de crédito.

A proposição básica é no sentido de que o desenvolvimento econômico interagiu com a integração econômica e política da bacia do Mar Mediterrâneo, sendo um subproduto do sistema governamental de cobrança de impostos, seja em dinheiro ou espécie. Hopkins afirma que a inversão do rendimento das elites e do montante obtido pelo Estado, através da cobrança dos impostos, era feita longe do local onde foram arrecadados – quer dizer, nas regiões receptoras de impostos (províncias de fronteira onde os exércitos estavam estacionados, Itália e Roma, local das elites cêntricas e do governo central) – estimulou a necessidade de ampliação do excedente comerciável nas regiões pagadoras de impostos (Britânia, Hispânia<sup>12</sup>, sul da Gália, norte da África, Ásia Menor, Síria e Egito), ampliando as linhas de comércio, principalmente dos gêneros alimentícios básicos – (trigo, vinho e azeite) –, a economia monetária, estimulando a divisão do trabalho e a urbanização. As cidades serviam como foco de produção econômica e entrepostos para o comércio de média e longa distância. Cabe mencionar o lugar social do comércio de artigos de luxo com a Índia e a China, perante o qual percebemos a extensão da presença Romana e seu conhecimento das sociedades existentes, naquela época.

Roma agiu como um centro acelerador ampliando a velocidade da economia do Mediterrâneo. Diante da concentração de pessoas e do poder aquisitivo os preços em Roma eram os mais altos. Isto encorajou o desenvolvimento de uma rede de relacionamento inter-regional integrada por cidades satélites ao redor de Roma. Considerando que o comércio marítimo era mais barato do que terrestres esta rede de cidades ligadas a Roma poderia ser no sul da Hispânia, norte da África e norte da Itália. Desta forma, Hopkins ressalta os fatores econômicos para o desenvolvimento do alto nível de urbanização, ao longo do litoral do Mediterrâneo, evitando entendê-lo como um fenômeno exclusivamente cultural e político.

Este modelo também é eficaz para entendermos a afirmação de Schiavone (2005: 100ss.), no sentido de que economia imperial Romana apresentou uma

“conformação que se aproxima daquela que os teóricos chamam de ‘economia dual’, um conjunto capaz de se manter precisamente por meio da separação de seus dois planos fundamentais, que, embora coexistindo nos mesmos tempos e espaços, funcionam de forma totalmente independente, ainda que sujeitos a integrações e cruzamentos contínuos. No entanto, há uma diferença importante. Nos casos modernos (sempre em situações de subdesenvolvimento) a coexistência entre os dois níveis – economia natural e economia de troca- tende a assumir uma posição instável (...). A parte dinâmica e mais avançada (...) acaba por suplantar a outra, tirando-lhe espaço e reduzindo-a a um fóssil histórico cada vez menos relevante.”

Tal situação não ocorreu no Império Romano. Ao lado de uma economia agrário-mercantil de base escravista que envolvia amplos circuitos comerciais pelas

regiões mediterrâneas, sustentada por uma vigorosa circulação monetária e dependente da “configuração mundial” proporcionada pelo domínio Romano, existia mesmo nas regiões mais significativas, uma economia natural ou de “*subsistência*” voltada para o autoconsumo ou para o comércio local. Portanto, este autor afirma que a “*persistência de tal combinação foi a verdadeira característica dominante da economia imperial*”.

Os argumentos de Hopkins de forma cumulativa confirmam os postulados básicos do modelo de centro/periferia no que diz respeito à escala de integração econômica social e política que possibilitou a sustentação e reprodução do Império e favoreceu o desenvolvimento das áreas conquistadas, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades locais e criando “experiências divergentes”<sup>13</sup> em toda a extensão do Império Romano.

Este raciocínio *lógico-modelar* se articula com a percepção dos romanos que concebia o seu Império composto por dois espaços fundamentais: a *Urbs* e o *orbis terrarum*. A *Urbs*, Roma, era o centro do mundo, a cidade da vida social, do prazer, dos templos, da riqueza, da cultura e do poder. De acordo com Estrabão (Cosmographia 2.5.8.) o *orbis terrarum imperium* tinha duas partes: território organizado e submetido à lei civil romana e as *externae gentes*, cujas terras não estavam anexadas, mas reconheciam a superioridade Romana e estavam submetidas às relações de *patrocinium*. As fronteiras (*limes*) do Império Romano se confundem com aquelas do mundo *civilizado*, porém não os limites da dominação romana (*imperium sine fine*). Somente a melhor parte da *oikouméne* deveria ser ocupada e organizada, podendo o resto ser incluído na medida em que estava aberto à “*missão civilizadora*” de Roma (Woolf 2001: 320).

Isto corrobora com a afirmação acima de que o exército imperial tinha de ser concebido pelos Romanos e pelos “outros” como um exército de defesa, de conquista e de ocupação.

Conforme já afirmamos, a elaboração do Mapa de Agripa e a redação da Cosmographia por Estrabão interagiram com os objetivos político-administrativos de controle do Império, assim como, ilustravam a concepção de *domínio universal* e da ideologia que propugnava a *missão civilizadora* de Roma e do seu Imperador. De forma muito pertinente Hartog (1999: 229ss.) demonstra ao analisar a narrativa de Heródoto que a atitude clássica perante “o outro” era baseada na diferença. Sua inferioridade era o resultado de uma carência ou de uma inversão do “civilizado”, sem as implicações de desprezo *racial*. Portanto, havia uma barreira moral entre os Romanos e os “outros”, fundamentada no conceito de *humanitas*<sup>14</sup>, o qual distinguia o homem civilizado do selvagem (Veyne 1992: 283).

Tais noções eram os vetores fundamentais para a elaboração do sistema de representações da cultura imperial, a qual definia a ordem social, política e econômica dominante que deveria ser estendida e assumida por todas as sociedades existentes e caminhavam *pari passu* com o investimento em uma iconografia de humilhação e rebaixamento das *externae gentes* das quais nos dá notícia Estrabão, aparecendo o *barbaricum* como uma sociedade ao mesmo tempo próxima e oposta (Chauvot 1984: 157).

Esta concepção ecumênica que surge no período republicano se mantém durante o Baixo Império, momento de desagregação do sistema de domínio imperial. Abrange uma série de temas complexos: a idéia de desenvolvimento, progresso, conquista de povos, hegemonia, formas de governo, processos de identificação, definindo os ideais de pertença e exclusão, divulgação e internacionalização de um conjunto de valores, signos e práticas sociais compartilhados que definiam o projeto imperial romano e nortearam a construção da infra-estrutura administrativa imperial Romana. Foi

materializada pela forma de anexação do território conquistado, ou seja, pela criação das províncias<sup>15</sup>, mas, principalmente, pela divisão do território provincial em *civitates* e pelo estímulo à construção de redes viárias<sup>16</sup>.

A edificação dos eixos viários nas regiões que compunham o Império Romano foi assentada inicialmente para fins estratégico-militares. No entanto, tornou-se imprescindível para a manutenção do sistema imperial, pois teve uma função estruturante, pois além de servir de suporte para funções administrativas, favorecia o escoamento da riqueza das regiões imperiais para o centro e asseguravam a ligação dos centros urbanos com as *villae*<sup>17</sup>. Assim, atuaram de forma a urbanizar o campo, possibilitando o desenvolvimento do comércio local e regional.

Logo, a territorialização, à maneira dos romanos, do espaço e a construção da paisagem imperial significaram a organização e criação no espaço de lugares delimitadores, os quais simbolizavam o poder de uma entidade política, administrativa e judiciária, ou seja, uma forma de apropriação, intervenção e ordenação do espaço que se fundamentava nas relações de dominação e de autoridade numa determinada temporalidade dos romanos.

O projeto de pesquisa em realização intitulado “As estratégias de intervenção no espaço e a construção da paisagem imperial no sul da Lusitânia”<sup>18</sup>, tem demonstrado que a criação das *civitates* representou um grande impacto na forma como as populações nativas passaram a perceber e pensar sobre o mundo ao seu redor.

Na Lusitânia, a análise da documentação textual e de cultura material demonstra que a intervenção no território interagiu com as condições do meio ambiente e o grau de complexidade da comunidade nativa anterior à política de ordenamento territorial empreendida pelo Imperador Otávio Augusto. Significou uma mudança gradual seja nos padrões de assentamento, na natureza da exploração dos recursos regionais, nas formas de relações sociais, através das quais as bases de poder, de *status* e de identificação foram reproduzidas e transformadas de forma diversificada nas províncias, variando regionalmente e entre diferentes grupos sociais. Desta forma, tiveram início os processos de mudanças socioeconômicas, políticas e culturais multifacetadas em termos de significados e mecanismos, gerados pelo relacionamento entre os considerados padrões culturais romanos e a diversidade cultural provincial. Estes processos de mudanças são descritos pelo termo Romanização e devem ser estudados numa dinâmica de assimilação, ajustamento, negociação e conflito. Neste sentido, podemos concordar com Hall (2002: 23) quando afirma que a *Romanitas* não foi precisamente uma identificação étnica, mas um processo de comunicação cultural de um *status* jurídico e legal que carece de conceito baseado num centro étnico comum. Foi caracterizada por uma identidade incompleta expressada pela política da cidade, na qual o sentido de domínio se associava à *vontade* de integrar (Giardina 1994: 1ss).

Tais constatações podem ser generalizadas para as províncias Ocidentais, pois a prioridade era consolidar a conquista, subordinar os povos e criar a ordem, introduzindo-os na “ética civilizatória”, enquanto que no Oriente, Roma pretendia restaurar a *antiga* ordem (Whittaker 1997: 144).

A *civitas* deve ser entendida como um vasto território limitado não apenas por limites geográficos naturais (serras, rios), mas também por uma unidade étnica ou política anterior. Cada *civitas* era composta por aglomerados urbanos secundários e uma população rural dispersa.

Roma fez modificações no modelo grego de cidade-Estado para adaptá-lo à necessidade de organização do território anexado. Estas modificações foram fruto da necessidade de acomodar realidades heterogêneas tanto históricas como culturais, as

quais implicavam em procedimentos distintos: criação de novas cidades pela integração de centros pré-urbanos, de comunidades tribais e da manutenção das cidades já existentes. O vínculo que definia uma comunidade de cidadãos passou a ter uma formalização jurídica dentro do Direito Romano. Desde o início da República, organizou-se numa hierarquia de *civitates* baseada na posse de direitos políticos<sup>19</sup> e de direitos civis<sup>20</sup> concedidos por Roma aos cidadãos que compunham a *civitas*. A segunda adaptação deriva da perda da independência política própria das *póles*. As distintas categorias de cidades ficavam proibidas de gerenciar questões de política externa. Porém, mantinham a sua autonomia político-administrativa interna e podiam fazer uso das suas próprias leis.

A definição de cada um dos estatutos políticos-jurídicos das cidades envolve muitos problemas e divergências. Podemos dizer com maior segurança que as *civitates* em sua grande maioria correspondia às seguintes categorias: *colonia*, *municipium civium Romanorum*, *municipium Latinum* e *oppidum stipendiarium*.

A colônia romana era uma fundação nova. Era formada por imigrantes, veteranos do exército e reproduzia o modelo de cidade própria do mundo Romano. Seus habitantes tinham a cidadania Romana completa e sua administração reproduzia as bases da organização institucional romana: Senado local (*Comitia*), dois magistrados superiores colegiados (*duumviri*) e os correspondentes colégios sacerdotais (pontífices e flâmines).

O *municipium civium Romanorum* e o *municipium Latinum* eram cidades indígenas que recebiam o *ius civitatis Romanae*<sup>21</sup> ou o *ius Latii*<sup>22</sup>, respectivamente. Dentre os seus habitantes também é registrada a presença de imigrantes. Porém, se distinguiam das colônias porque mantinham as suas leis e costumes tradicionais, tinha órgãos judiciais próprios e maior autonomia do que as colônias perante o governo provincial.

Os *oppida stipendiaria* eram *civitates* regidas pelas suas leis nativas. Os seus habitantes não tinham direitos civis, políticos e fiscais e estavam sujeitos a uma tributação. Esta categoria estava reservada às comunidades que se aliavam à facção hostil ao *general* vitorioso ou à Roma.

A transformação de um núcleo urbano nativo em *civitas* e depois, dependendo da sua posição perante Roma, poderia ser elevado à categoria de *municipium civium Romanorum* ou *Latinum* que significava a concessão da cidadania àqueles que detinham as magistraturas locais: pertencer ao Senado local (*Comitia*), ocupar as funções dos dois magistrados superiores colegiados (*duumviri*) e os correspondentes colégios sacerdotais (pontífices e flâmines). Isto foi estratégico para a formação e reprodução das elites locais, as quais integravam a *decurionum ordo*.

A *civitas* e a *res publica* eram concepções interligadas na mentalidade dos romanos. A cidade reunia os fundamentos da moral, da administração e da vida jurídica e possibilitou aos Romanos construir um Império. Ademais, foi uma modalidade específica de exploração dos recursos econômicos. A variedade de estatutos político-jurídicos concedidos as *civitates* denota uma estrutura de domínio baseada nas relações de poder de *tipo patronal* que perpetuava a verticalização social que marcava a sociedade romana. Favorecia a formação de redes de relações pessoais entre as elites cênicas e locais. Esta ampla rede de relações pessoais não pode ser reduzida, todavia, à simples dimensão de troca de serviços e favores entre indivíduos. Toda esta política agiu como um forte agente de controle social e como um mecanismo regulador de teor altamente promocional, o qual foi determinante para o equilíbrio social e compensava, de certa forma, as insuficiências das estruturas administrativas do centro imperial.

Seguindo a lógica do processo podemos ver que Roma atuava diretamente sobre a elite local impondo o sistema litúrgico de taxas em troca de recompensas oferecidas através da concessão da cidadania, do patronato e do serviço imperial. A extrema dependência dos grupos inferiores da população do município em relação às elites agiu de forma a fazer com que estes grupos também ficassem sob o controle de Roma. Criou-se um sentimento de disciplina pública alimentado pelas elites locais o qual se tornou o preço a pagar para manter o *status quo* da ordem imperial (Brown 1993: 237). Portanto, podemos concordar com a afirmação de Woolf (1998: 25) no sentido de que o poder Romano nas províncias se baseava na interação de um “império de amigo” e de um “império de cidade”.

Isto posto, podemos concluir que as práticas sócio-culturais que definiam a cidadania Romana e o conjunto dos marcos espaciais urbanos que integravam a *civitas* correspondiam ao conjunto plural de significados compartilhados que englobavam o “*ethos* civilizatório”, imprescindível para tornar-se Romano (Woolf 1998: 48 ss.) . Este conjunto de significados foi capaz de manter a presença imperial, sobrepular, de certa maneira, a diversidade local e atuar de forma não coercitiva, favorecendo a cooptação das elites locais e reinventando novas práticas de relações sociais.

Ademais, os marcos espaciais urbanos, enquanto espaços de deambulação foram locais privilegiados de encontro com o “outro”. A atuavam como “lugares de memória”<sup>23</sup>, pois expressavam simbolicamente a permanência e a duração de valores, permitindo a preservação de valores às novas gerações e, também, expressavam a identificação das elites nativas ao sistema cultural estruturado pelo poder Romano, servindo como instrumentos para a demonstração de poder, prestígio e riqueza destes notáveis locais. Na linguagem de Gramsci podemos identificar estes processos como “negociação colonial”<sup>24</sup>. De certa forma, as elites locais provinciais formavam uma classe dirigente unificada, a *decurionum ordo*.

Diante do exposto, parece-nos claro que há uma clara vinculação entre os limites geográficos do Império e daqueles considerados como civilização. Portanto, trata-se de uma evidência da conexão entre o poder e a cultura.

Em 144 d.C., por ocasião das cerimônias pelo aniversário de Roma, Élio Aristides, originário de Mísia, na Ásia Menor, pronuncia um discurso intitulado “Elogio de Roma”, perante a corte do Imperador Adriano, o qual se constitui na autêntica interpretação de seu próprio tempo e expressa a posição das elites urbanas cêtricas e provinciais.

“Aquilo que entre todas as coisas mais merece ser vista e admirada é o que concerne ao direito de cidade. Que idéia! Nada jamais se assemelha a ela. Pois vós, os Romanos separastes em dois grupos todos que estão sob vosso poder, o conjunto do mundo civilizado. Aqueles que têm a melhor graça, a nobreza, a maior capacidade, vós deste a plenitude dos direitos políticos ou mesmo a comunhão da linhagem. Aos outros, vós os submetestes e reduzistes à obediência. Mas, o mar não faz que uma pessoa não seja cidadão, nem a extensão das terras que nos separam: nenhuma diferença entre as partes do mundo. Todas as coisas estão à disposição de todos. Pois, não é jamais estrangeiro aquele que é digno de poder e de confiança, mas a democracia comum da terra estabeleceu sob a autoridade de um só, o melhor, que assegura a ordem, e todos vêm como sob a Ágora comum, para obter cada um aquilo que merece.

Vós chegastes sob todas as terras que submetestes e examinastes aqueles que adquiriam a obrigação militar, quando vós os encontrastes, trocastes a pátria deles pela vossa e vós confiastes a eles o vosso direito de cidade: se bem que eles repugnam serem chamados por seu antigo nome étnico. Tornando-os cidadãos, vós os fizestes soldados, de tal sorte que os habitantes das cidades não fazem o serviço militar e aqueles que o fazem não vêm em nada diminuída a sua qualidade de cidadãos.(...) Agora,

todas as cidades se reparam apoiando-se sobre vós. Tudo que se encontra de obras de arte, embelezamento rende homenagem a vós, como se fossem monumentos de vossa população suburbana. Sim, todo o mundo civilizado, como que por uma Assembléia universal, depõe seus antigos fardos, sua espada e se voltam para todos os júbilos. Todos os antigos ódios desertam das cidades, cada uma procurando ser a mais bela. Todas são repletas de ginásios, fontes, vestibulos, templos, obras de arte. Pela ciência, o mundo civilizado doente como estava desde a origem, recupera a saúde.” (Meslin 1985: 264-265)

As mensagens veiculadas por esta passagem são claras: grandiosidade do Império; excelência de sua administração; poder absoluto do Imperador; posição cosmopolita de Roma. Élio Aristides caracteriza a sua época como um momento de consenso proporcionado por um processo de integração<sup>25</sup> sem antecedentes no mundo antigo. Transmite a idéia da época dos Imperadores Antoninos como uma “Idade de Ouro”, associada ao estabelecimento por Roma de uma nova ordem mundial, fundamentada na união de categorias jurídicas e valores éticos universais, agraciada pelos deuses e, responsável pela prosperidade, pela segurança, pela justiça, pela tranquilidade e felicidade de todo gênero humano. Foi este o sentido da *Pax Romana*: fim das guerras civis do final da República, união do povo Romano e existência de condições para assegurar e difundir a *humanitas* frente à “grande ameaça”: o *barbaricum*.

Devemos considerar que a *Pax Romana*, como a *Pax Britânica* e a *Pax Americana*, também significou guerras, violência, provocou distúrbios e a perda da liberdade de comunidades nativas.

Portanto, foi uma construção ideológica para legitimar o império dos Romanos e o poder dos imperadores. A *pax* foi criada pelo e para justificar o *imperium* (Woolf 1993: 171- 194).

Essa questão estimula a análise comparativa com a problemática da formação de Império na nossa contemporaneidade, pois segundo Hardt e Negri (2003: 21ss) o Império é determinado pela existência de uma ordem mundial que leva ao extremo a consciência da universalidade do ético e do político: no Império há paz, no Império há garantia de justiça para todos.

Por volta do século III d.C. o Império começa a perder a sua forma unitária e “mundial”, entrando num processo de colapso, o qual significou para sempre o desligamento das duas partes que compunham o Império: Ocidente e Oriente.

Schiavone (2005: 276) afirma com muita pertinência que

“um precioso patrimônio de integração e de pluralismo perdeu-se para nunca mais ser recuperado. As histórias voltaram a se separar, como não ocorria desde os tempos de Políbio: Oriente e África distantes do Oeste e do Norte europeus. O Ocidente caminhava rumo à sua catástrofe e, depois, à sua regeneração medieval e moderna: o Oriente para o Islã e à longa continuidade de Bizâncio. As diferentes características que a crise assumiu nas diversas áreas fixaram dois contrastantes estilos de história: as regiões onde se acentuou a ruptura, e aquelas em que a tradição foi mantida pela sobrevivência bizantina. Apenas as primeiras conheceram, mais tarde, o renascimento da modernidade.”

No Ocidente, o Baixo Império ou *Dominato*<sup>26</sup> foi uma modalidade específica de sistema político-ideológico que vigorou no Império Romano entre fins do século III e fins do século V.

De uma maneira geral, a reconstrução histórica do *Dominato* por parte da historiografia foi durante muito tempo marcada por um preconceito recorrente contra esse período, tido como um momento de declínio, queda, ruína ou esgotamento. Afastando-nos desta idéia devemos olhar o Baixo Império como um momento possuidor de sua própria identidade e singularidade.

“Representa um momento particular da História de Roma que assinala o fim da Civilização Antiga ao mesmo tempo em que lança as bases para a Idade Média, apresentando como macro-características a afirmação de uma nova visão de mundo (no caso, a cristã), a emergência de um novo modo de produção em virtude da superação do escravismo e a instauração de um novo padrão de organização sociopolítica, com a difusão das relações pessoais e o enfraquecimento da autoridade imperial. Esses elementos irão proporcionar, no limite, o fim do Império Romano do Ocidente” (Mendes e Ventura 2006: 193-221).

Esta época caracterizou-se por uma dinâmica sistêmica extremamente instável, como nos provam a intensidade, a violência e a persistência dos conflitos sócio-políticos. A multiplicidade destes conflitos nos levou a inferir a descaracterização dos principais fatores responsáveis pelo funcionamento, desenvolvimento e reprodução do sistema político imperial romano. Configura-se, portanto, o Baixo Império como um momento de “crise aguda” do sistema político, diante da extrema ambivalência das exigências de auto-regulação, da escassa margem de alternativas de regulação e da perda significativa de identidades e valores responsáveis pelas bases de estabilidade do sistema social e, por conseguinte, da queda do nível estabelecido de complexidade social.

Os principais agentes deste processo foram as mudanças nos parâmetros externos do sistema imperial, a desintegração regional e o desenvolvimento de novas formas de relações sociais.

Os parâmetros externos do sistema imperial Romano, no Ocidente, começam a ser atingidos pelas transformações ocorridas na periferia Germânica, as quais provocam o surgimento de novo tipo de relacionamento entre Romanos e Germanos.

As formas de relacionamento entre Roma e a periferia Germânica ampliaram o processo de estratificação e centralização já existente na estrutura social dos Germanos. Todas estas transformações implicaram, para a sociedade Germânica, um crescimento demográfico, expansão de assentamentos, aumento da demanda de produção excedente para o abastecimento da população e pagamento de tributos.

Isto provocou uma mudança na intensidade da pressão Germânica no limes renodanubiano, região que passou a ser disputada também pelos Romanos. Os Germanos agora não buscavam apenas, o saque, e sim, terras para um assentamento permanente, como de certa forma já havia sido anunciado pelas guerras contra os marcomanos, na época do Imperador Marco Aurélio.

Neste contexto, a fragilidade da autoridade imperial no Ocidente criou os “imperadores fantasmas”, divorciados do poder político, o qual era de fato exercido por poderosos generais de origem bárbara.

No cenário mundial, o Império Romano do Ocidente, sofreu um processo de contração territorial, pois passou a ser desafiado por competidores, cuja conquista, ou mesmo o controle, mostrou-se impossível.

A integração regional se viu altamente comprometida pelos problemas militares e pela retração do comércio regional e inter-regional e, também, da produção artesanal, sobretudo na parte Ocidental do Império, mais atingida pelas invasões.



Cameron (1993: 94ss) demonstra que os IV<sup>o</sup>, V<sup>o</sup> e VI<sup>o</sup> séculos foram de prosperidade em muitas cidades do leste, especialmente na Síria e na Palestina. Além disto, todos os estudos sobre o norte da África durante o IV<sup>o</sup> e começo do V<sup>o</sup> século e a região sul da Lusitânia mostram vitalidade e prosperidade tanto urbanas como rurais, comprovadas pela construção de *villae* luxuosas e pela expansão do comércio da cerâmica africana em direção às regiões mediterrâneas, atingindo até Constantinopla.

As diferenças regionais confirmam os postulados do modelo de centro/periferia, pois demonstram que o processo de desagregação do sistema imperial romano está relacionado às dificuldades do centro decisório em manter os métodos tradicionais de relações de exploração dos recursos materiais e humanos das áreas integradas e periféricas. A ausência de desenvolvimento de novos mecanismos econômicos de produção e circulação acentuou o papel da agricultura como principal fonte da riqueza e, portanto da receita imperial, apesar das limitações estruturais derivadas da carência de força de trabalho e do nível tecnológico.

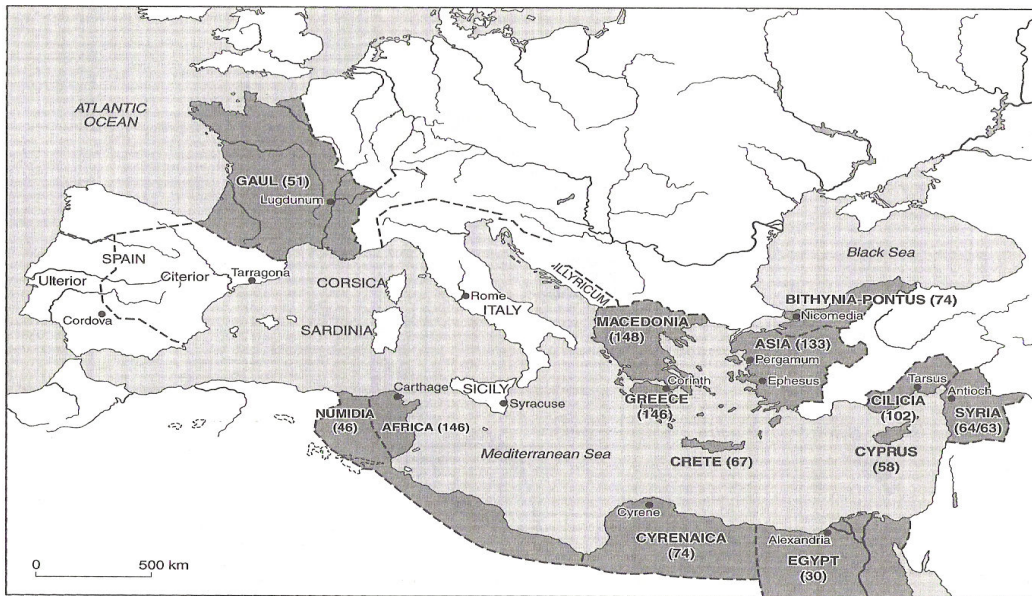
As condições de formação de uma “economia mundial” perderam a sua base de sustentação representada pela unificação política e pela integração civil e cultural.

A característica fundamental da sociedade baixo imperial foi a existência de uma elite dirigente constituída pelos altos funcionários civis e militares, possuidores de terras que se relacionavam com a grande massa da população por meio de práticas que reforçavam os laços de *dependência/pessoais*. Neste contexto, se insere a formação de uma nova aristocracia constituída pela absorção de membros da ordem eqüestre, pela ascensão de decuriões ricos, influentes e até mesmo pelo recrutamento de bárbaros. Insere-se também o processo de desintegração da ordem dos decuriões, pois as marcantes diferenças socioeconômicas entre estes e os grandes proprietários e altos funcionários públicos, além da ausência de mobilidade social, os tornavam mais próximos dos *humiliores* do que dos *honestiores*<sup>27</sup>. Isto marcou o enfraquecimento da organização municipal, já analisada com a base de apoio fundamental do sistema de domínio imperial.

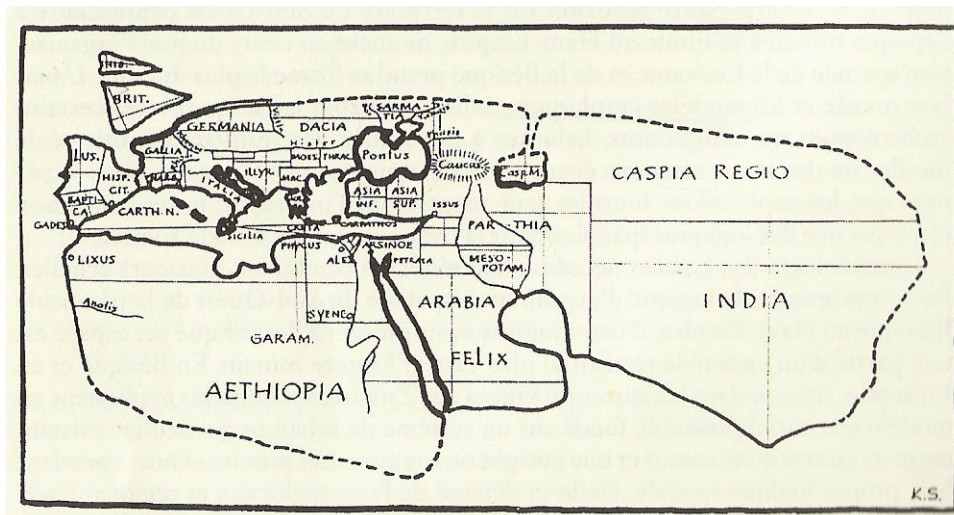
Apesar de persistirem grupos sociais intermediários com diferenças de *status* e condição de vida, a tendência da sociedade baixo-imperial foi à bipolarização social definida em termos de poder econômico (*potentes/ tenuiores*) e político-jurídico (*honestiores/humiliores*).

No entanto, não entendemos o Baixo Império como um momento catastrófico, mas como um momento de *colapso de sociedade complexa*, o que nos remete à idéia de adaptação, de ajustamento entre os sistemas que compõem a complexidade social, pois se refere aos fenômenos de transformação socioeconômica, política, reestruturação institucional, implicando num processo contínuo de construção de limites e no surgimento de uma nova ordem, representada no Ocidente pela formação dos *reinos patrimoniais* Germânicos e no Oriente pelo Império Bizantino (Mendes 2002).

De acordo com Hidalgo de la Veja (2005: 271-285) o “maior erro do sistema imperial romano” foi confundir o poder mundial com a dominação mundial. Este mesmo erro é observado atualmente nos Estados Unidos que igualmente como Roma, pode ser que tenha o poder mundial, mas não a dominação mundial. A justificativa para esta atitude é a defesa das liberdades como inerente ao que se chama, hoje, *Império Humanitário* e na Antiguidade, de *Império Humanístico*. Porém, tanto hoje como ontem, os processos de globalização e, ou mundialização, não impedem a existência de povos não dominados, não inibe a permanência das identidades e nem o aparecimento de novas formas de pertença. Situação plenamente exemplificada pelo processo de desagregação do Império Romano do Ocidente.

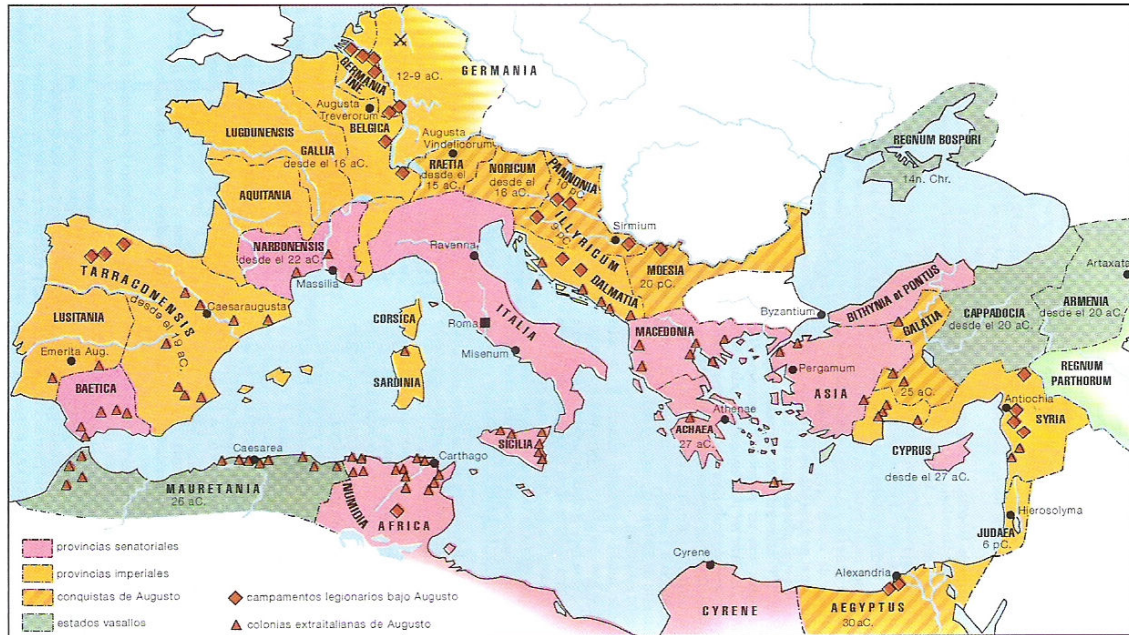


Mapa 1 – O Mundo Romano de 148-30 a.C. Fonte: CHAMPION, Craige B. (edit) Roman Imperialism. Readings and Sources. London: Blackwell, 2004, p.12



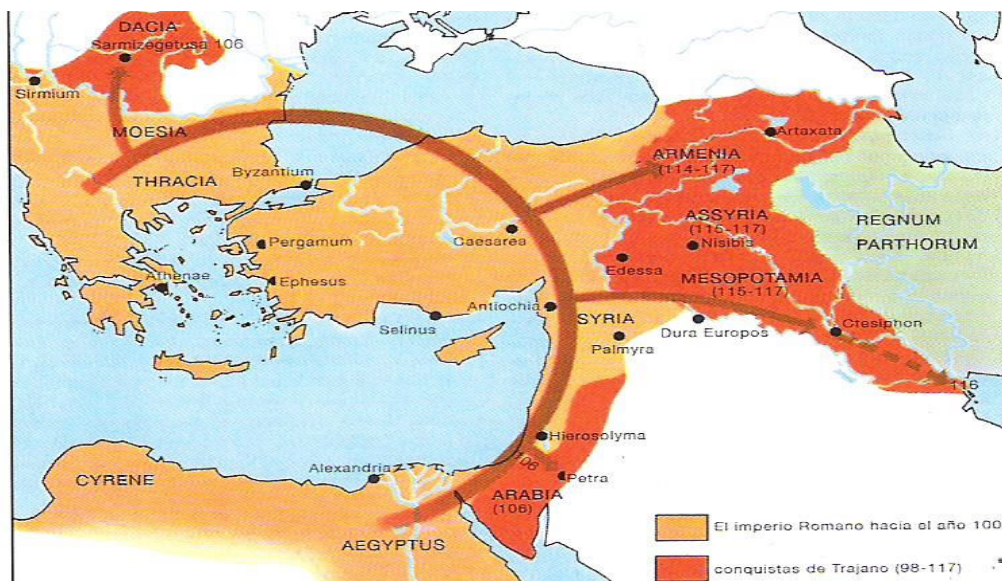
Mapa 2. Mapa de Agripa. Fonte: NICOLET, C. *Space, Geography, Politics in the Early Roman Empire*. Michigan: The University of Michigan Press, 1991, fig 41





El Imperio de Augusto

**Mapa 3 – O Império Romano na época do Imperador Otávio Augusto.** Fonte: KINDER, H. e HILGEMANN, W. Atlas Histórico Mundial ( I ). Madrid: Akal, 2006, p.96.



**Mapa 4 – As Conquistas do Imperador Trajano.** Fonte: KINDER, H. e HILGEMANN, W. Atlas Histórico Mundial ( I ). Madrid: Akal, 2006, p.100.

## BIBLIOGRAFIA

ANDREAU, J. Twenty years after The Ancient Economy. In: SCHEIDEL, W. and REDEN, Sitta von (ed.) *The Ancient Economy*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002, pp. 33-49.

- BARFIELD, Th. The shadow empires: imperial state formation along the Chinese-Nomad frontier. In: ALCOCK, S.E., D'AITROY, T.E. *et alii* (org) *Empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 10-41.
- BARRET, J.C. Romanization: a critical comment. In: MATTINGLY, D.J. (ed). *Dialogues in Roman Imperialism. Journal of Roman Archaeology*, 23, 1997, pp. 51-66 .
- CAMERON, A. *The Later Roman Empire*. London: Fontana Press, 1993.
- CARDOSO, Ciro. *Um Historiador Fala de Teoria e Metodologia*. São Paulo: Edusc, 2005.
- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano I – artes de fazer. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- CHAUVOT, A. Représentation du ‘Barbaricum’ chez les Barbares au service de l’Empire au IV<sup>e</sup> siècle après J.-C. *Ktema*, n. 9, 1984, pp. 145-57.
- CASANOVA, P.G. O Imperialismo Hoje. *Tempo. Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense*, n.18, 2006, pp. 65-76.
- DUNCAN-JONES, R. *Structure and Scale in the Roman Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ESTRABÃO *Cosmographia*, 2.5.8 *apud* WHITTAKER, C.R. *Frontiers of the Roman Empire. A social and economic study*. London: Johns Hopkins University Press, 1994, pp.12 ss.
- FRANK, A.G. and GILLS, B. (ed.) *The World System: Five hundred years or five thousand?* London: Routledge, 1993.
- FRANKENSTEIN, S. *Arqueología del colonialismo*. Barcelona: Crítica, 1997.
- GARNSEY, P. and SALLER, R. *The Roman Empire: economy, society and culture*. London: Duckworth, 1987.
- GIARDINA, A. L’identità incompiuta dell’Italia romana. In: *L’Italie d’Auguste à Dioclétien* (Collection de L’École Française de Rome, 198). Roma: L’Erma/ École Française de Rome, 1994, pp.1-89.
- GIDDENS, A. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GRIMAL, P. *O Império Romano*. Lisboa: Ed. 70, 1993.
- HALL, J. *Hellenicity*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- HARDT, M. e NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HARRIS, W. V. *Guerra e imperialismo en la Roma republicana (327-70 a.C.)*. Madrid: Siglo XXI, 1989.
- HARTOG, F. *O Espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- HIDALGO DE LA VEGA, J.M. Algunas reflexiones sobre os limites del ecumenismo. *Gérion*. 23, n. 1, 2005, pp. 271-285.
- HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture*. London: Routledge, 2005.
- HOPKINS, K. Taxes and Trade in the Roman Empire, 200 BC - 200AD. *Journal of Roman Studies*, v.LXX, 1980, pp. 101-125.
- HOPKINS, K. Taxes, Rents and Trade. In: SCHEIDEL, W. and REDEN, Sitta von (ed.) *The Ancient Economy*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2002, pp. 190-230.
- LAPLANTINE, F. et NOUSS, A. *Métissages: de Arcimboldo à Zombi*. Paris: Pauvert, 2001.
- MAC COMARK, S. Cuzco, another Rome? In: ALCOCK, S.E, D’AITROY, T.E. *et alii* (org) *Empires*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 419-435.
- MENDES, N.M. *Sistema Político do Império Romano do Ocidente: Um Modelo de Colapso*. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2002.

- \_\_\_\_\_. O Sistema Político do Principado. IN: MENDES, N.M e VENTURA, G. (org.) *Repensando o Império Romano. Perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, pp. 21-52.
- MENDES, N.M. e VENTURA, G. Diocleciano e Constantino: A Construção do Dominato. In: MENDES, N.M. e VENTURA, G. (org.) *Repensando o Império Romano. Perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, pp. 193-222.
- MESLIN, M. *L'Homme Romain – des origines au I<sup>er</sup> siècle de notre ère*. Paris: Ed. Complexe, 1985, pp.264-265.
- NICOLET, C. *Space, Geography, Politics in the Early Roman Empire*. Michigan: University of Michigan Press, 1991.
- \_\_\_\_\_. L'Empire Romaine: espace, temps et politique. *Ktéma*, Strasbourg, v. 8, 1983, pp. 163-173.
- PATTERSON, J. R. Settlement, city and elite in Samnium and Lycia. In: RICH, J. and WALLACE-HADRILL, A. *City and Country in the Ancient World*. London: Routledge, 1992, pp. 147-168.
- PETIT, P. *Histoire générale de l'Empire Romaine*. Paris: Seuil, 1974.
- POLIBIO. *Histórias*. Brasília: Ed.UNB, 1996.
- RANDSBORG, K. *The First Millennium AD in Europe and the Mediterranean (an Archaeological Essay)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- RICHARDSON, J.S. Imperium Romanum: Empire and Language of Power. *The Journal of Roman Studies*. London, v. 81, 1991, pp. 1-9.
- ROWLANDS, M. *et alli. Centre and Periphery in the Ancient World*. Cambridge University Press, 1987.
- SAID, E. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p.40ss.
- SCHIAVONE, A. *Uma História Rompida. Roma Antiga e Ocidente Moderno*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- VEYNE, P. Humanitas: Romanos e não Romanos. In: GIARDINA, A. *O Homem Romano* Lisboa: Presença, 1992, pp. 283-316.
- WHITTAKER, C.R Imperialism and culture: the Roman initiative In: MATTINGLY, D.J. (edit) *Dialogues in Roman Imperialism* .Journal of Roman Archaeology , 23. Portsmouth: Oxbow Book, 1997.
- WOOLF, G. Roman peace. IN; RICH, J. and SHIPLEY, G. *War and Society in the Roman World*, London: Routledge, 1993, pp.171- 194
- \_\_\_\_\_. *Becoming Roman. The Origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge University Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. Inventing Empire in Ancient Rome. In: ALCOCK, S.E, D'AITROY T.E. *et alii* (org) *Empires*. Cambridge University Press, 2001, pp. 311-322.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Campos de exercício de experimentação e construção de conjuntos de problemas são dois conceitos utilizados por Detienne para explicar a História Comparada praticada por sua equipe no Centro de Pesquisas Comparadas das Sociedades Antigas na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (Paris) DETIENNE, M. *Comparer l'incomparable*. Paris: Seuil, 2000. e THEML, R. BUSTAMANTE, R.M.C.da História Comparada: olhares plurais. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v.XXIX, n° 2, 2003, 7-22.

<sup>2</sup> Pela tradição republicana o título de princeps (o mais eminente cidadão do Estado) era dado a um cidadão que ocupasse uma posição de liderança e destaque na cidade obtida pela consagração de sua popularidade, *dignitas* e *auctoritas*. Há muita diferença entre a posição dos príncipes republicanos e a

---

posição de Otávio como príncipe do Senado. Durante a República preeminência do príncipe não era permanente, sendo revestida de noções de paridade e equidade.

<sup>3</sup> Refiro-me as ordens eqüestre e senatorial. O termo ordem (*ordo*) implicava na noção de um grupo juridicamente determinado e recrutado pelo Estado em função das suas necessidades públicas e militares, a partir de critérios: censitários (censo mínimo de 1 000000 de sestércios para ingressar na ordem senatorial e 400000 sestércios para a ordem eqüestre, a partir de meados do século II), morais e cívicos.

<sup>4</sup> Da obra de Políbio, destacamos as seguintes passagens L.1,3; L.1,6; L.1.63; L.3.3; L.6.58;L.15.10.

<sup>5</sup> *Res Gestae Divi Augusti*

<sup>6</sup> No final do século III a.C diante da inexistência da idéia de funcionalismo público começaram a surgir as sociedades de publicanos que adjudicavam do Estado o direito de realizar serviços públicos ligados à cobrança de impostos, suprimento de víveres e equipamentos para o exército em campanha.

<sup>7</sup> Este título está ligado ao processo de definição do poder imperial, a qual se tornou necessária após a Crise de 89/90 que culminou com o suicídio de Nero e o estabelecimento da dinastia dos Flávios. Flávio Vespasiano por um decreto do Senado, *lex de imperium*, foi investido do supremo poder militar e do poderes tribunícios (civil e legislativo). A partir de Vespasiano o protocolo de nomeação dos imperadores passou a ser: Imp(erator) como prenome, que significava o poder proconsular ilimitado; Caesar como gentílico, em reconhecimento da importância deste para a fundação do regime Aug(ustus) como cognome utilizado antes do nome pessoal

<sup>8</sup> Durante o Principado, existiram cerca de 30 legiões estacionadas nas chamadas províncias imperiais (regiões de fronteira ou com problemas de pacificação), cada uma sob o comando do *legatus legionis*, um senador nomeado diretamente pelo Imperador. A legião era composta por uma pequena cavalaria, formada por 120 homens e de uma infantaria dividida em 10 coortes, cada uma era formada por 480 homens, divididos em 6 centúrias sob o comando de um centurião. Vide Goldsworth, A. *The Complete Roman Army*. London: Thames and Hudson, 2003.

<sup>9</sup> Limes é comumente traduzido como fronteira. Porém a idéia de fronteira no mundo romano não deve ser entendida em termos lineares, estanques, mas como uma franja de território, local de união e integração entre aqueles que eram culturalmente diferentes. O limes era considerado como caminho de passagem de tropas e suprimentos para o exército, canal de comunicação e base de conquista, e não de delimitação de ação militar romana. (Mendes, N 1997: 323). A delimitação do território era marcada pela existência do limes terrestre e físico. O limes terrestre era considerado como um arquétipo de fronteira linear e militarizada era dividido em quatro tipos: limes fechado da Bretanha, com o muro de Adriano; limes da Germânia – rota estratégica fortificada; limes aberto e descontínuo da Síria; limes africano que é uma linha de penetração e de troca com os povos nômades, fortificado somente nas regiões sub-saarianas para a proteção da Númídia e do Egito. À oeste, o Oceano Atlântico formava a fronteira física do Império, sobre a qual se projetava todo o simbolismo do medo associado ao universo da água ilimitada.

<sup>10</sup> No Egito, o censo era feito de 14 em 14 anos e também incluía as mulheres. A periodicidade talvez estivesse relacionada à idade em que as crianças tornavam-se adultas.

<sup>11</sup> As *vectigalia* tinham índices entre 2% e 5% sobre o valor dos produtos. Ciente da repugnância dos romanos pelo imposto direto, tido como uma espécie de submissão, Augusto estabeleceu os seguintes impostos: 5% sobre o valor dos escravos libertados (*vicesima libertatis*), 1% sobre as vendas em leilão (*centesima rerum venalium*), 5% sobre a transmissão da herança (*vicesima hereditatum*) e 4% sobre a venda de escravos (*quinta et vicesima venalium manciporum*).

<sup>12</sup> As províncias da Hispânia Ulterior e Citerior foram criadas após a segunda Guerra Púnica. O Imperador Otávio Augusto reorganizou a região criando as províncias da Lusitânia, Bética e Tarraconense.

<sup>13</sup> A noção de “experiência divergente” proposta por Said (1995:64) admite que mesmo existindo um núcleo subjetivo irreduzível na experiência humana, essa experiência também é secular e histórica, acessível à análise e à interpretação, e que as experiências específicas das sociedades ou grupos apresentam histórias profundamente entrelaçadas e complexas.

<sup>14</sup> Podemos relacionar com a idéia de civilização e é o termo latino mais próximo da nossa noção de cultura. Pode ser definido pela junção de dois aspectos: interno, conhecimento adquirido através dos estudos e externo, sistema de valores éticos e morais, transmitidos de geração a geração e consagrados pela tradição dos ancestrais (*mos maiorum*).

<sup>15</sup> Região sob a esfera permanente da administração romana, fonte de recursos regulares em forma de tributos e impostos sobre as propriedades territoriais, minas, mercadorias e serviços.

<sup>16</sup> a centralização do território se manifesta pela posição de Roma como o núcleo sagrado de poder simbolizado pela presença do Miliário de ouro, construído em 20 a.C. e continha inscrições com as indicações da distância entre a capital e as principais cidades provinciais.

<sup>17</sup> *Villa* é um termo que as fontes latinas empregam para se referirem aos edifícios rurais isolados que se desenvolveram na Itália a partir do século II a. C. e que teve ampla difusão pelas províncias. Era um tipo de organização social do espaço rural característico da sociedade Romana, Caracteriza-se como uma unidade de exploração agro-pastoril, baseada na mão de obra escrava, cuja produção era orientada para o mercado. Era constituída por um conjunto de edifícios que correspondiam a uma *pars frumentaria* que era o conjunto dos edifícios destinados à transformação e armazenamento de produtos e recolha dos animais; *pars rustica* destinada ao alojamento dos criados da lavoura e a *pars urbana* que era o edifício concebido para ser a residência do proprietário que apresentam vestígios de construções monumentais com características urbanas.

<sup>18</sup> Este projeto vem sendo realizado no Laboratório de História Antiga (LHIA) e no Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) com o auxílio do CNPq, através da concessão de bolsa de produtividade de pesquisa.

<sup>19</sup> *ius suffragii* – direito de voto e *ius honorii*, direito de ser eleito.

<sup>20</sup> *ius connubii* – direito de constituir uma família romana em sentido estrito, o que corresponde ao acesso à propriedade (*ius commercii*). Estes privilégios estavam estritamente relacionados com o ordenamento familiar, no qual o *paterfamilias* tinha uma autoridade plena e era o proprietário de todos os bens.

<sup>21</sup> Cidadania Romana completa, quer dizer, direitos políticos e civis.

<sup>22</sup> Cidadania incompleta, incluindo o *ius conubium* e o *ius commercium*.

<sup>23</sup> AUGÉ, M. *Non-Lieux*. Paris: Ed. Seuil, 1992.

<sup>24</sup> PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.32.

<sup>25</sup> Desde a dinastia dos Flávios, diante da prática de elevação do estatuto político-jurídico das civitates para a condição de município latino, verificava-se uma mudança na formação da elite cêntrica pela presença de homens novos, provenientes dos municípios, das colônias e das províncias. Basta citarmos as famílias de origem espanhola dos Imperadores Trajano e Adriano. A presença dos Orientais tornou-se mais numerosa com Tito e Domiciano. No conjunto, a porcentagem de senadores de origem provincial cresce sensivelmente: entre 68 e 96 a presença de senadores italianos cai de 83% para 76%, enquanto que a dos provinciais passa de 16,8% para 23%, dentre os quais 75% eram Ocidentais e 15% Orientais (Petit 1974: 138). Algo que se modifica, pois no final do século II, 58% dos membros do Senado eram Orientais. (Patterson 1992: 161). Tal tendência foi ampliada pela criação do direito latino mais amplo (*latium majus*) por Adriano, segundo o qual nas cidades de direito latino, os decurhões recebiam a cidadania romana plena transmissível a toda a sua família, culminando, em 212, com o Edito de Caracala que concede a cidadania Romana a todos os habitantes livres do Império.

<sup>26</sup> Teve início com a ascensão do Imperador Diocleciano, em 284, e termina, segundo uma convenção ainda vigente nos meios acadêmicos, em 474, com a deposição do último Imperador Romano do Ocidente, Rômulo Augusto por Odoacro, rei dos hérulos.

---

<sup>27</sup> A distinção entre *humiliores* e *honestiores* remonta ao Principado, tendo se consagrado no Baixo Império. Em virtude da condição de um réu, o mesmo delito pode receber sanções diferentes. Assim, enquanto um *honestior* for condenado a uma multa ou exílio, o *humilior* (ou *tenuior*) será condenado, por exemplo, ad metalla, ou seja, a trabalhos forçados nas minas. São contados entre os honestiores os membros da ordem senatorial, os decuriões e os funcionários da administração pública (*honorati*). Os humiliores são todo o resto: membros da *plebs* urbana e da *plebs rustica*, artesãos e pequenos proprietários.